



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15906 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

Memórias de Mulheres educadoras populares sobre processos de libertação da população do Subúrbio Ferroviário de Salvador

Andreane Pereira Moreira - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**Memórias de Mulheres educadoras populares
sobre processos de libertação da população do Subúrbio Ferroviário de
Salvador**

1 INTRODUÇÃO

O território onde se situa o Subúrbio Ferroviário de Salvador na Bahia é uma região composta por 15 bairros, dentre esses, três ilhas ostentam belíssimas paisagens, estando presentes inúmeras belezas naturais ainda relativamente pouco exploradas pelo turismo de mercado. Embora seja inegável os aspectos que dizem respeito à beleza natural como também, outras riquezas e belezas produzidas internamente, existe por parte do poder hegemônico a clara intenção de escamotear esse território tido como berço civilizatório.

Dentre tantos aspectos desse visível processo de apagamento da história de um povo e de um lugar, temos que considerar a finalização/desativação do sistema de trens do subúrbio, em fevereiro de 2021, ainda em meio a crise pandêmica, período recente, marcado pelo agravamento das dificuldades econômicas e sociais de milhares de trabalhadores. O sistema de trens do subúrbio, que permitia de maneira econômica a mobilidade/deslocamento aos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador, foi interrompida com a promessa da instalação do VLT (Veículo leve sobre trilhos), inaugurada em 1860, a linha férrea, à princípio ligava Salvador até o município de Alagoinhas; com o decorrer do tempo foi passando por sucessíveis diminuições dos trechos cobertos pela malha ferroviária, até resultar em uma cobertura de linha única que ligava o bairro da Calçada na Cidade Baixa até o subúrbio de Salvador-Ba. O trajeto abarcava 10 estações alcançando um trajeto de quase 14 km de extensão. Costumeiramente frequentado por pessoas de baixo

poder aquisitivo, o trem do subúrbio destacava como elementos positivos o baixo preço da passagem fixada em 0,50 centavos desde 2002 e o tempo relativamente curto de chegada ao destino final, visto que completava o trajeto entre as dez estações em apenas 25 minutos.

Mesmo com o sucateamento observado ao longo do tempo nesse equipamento de transporte, a exemplo da estrutura precária no interior dos vagões, bancos inadequados, limpeza insuficiente, janelas e portas quebradas, além da suspensão do serviço quando do período de intensificação das chuvas, deixando os usuários a mercê do já escasso transporte rodoviário e dos engarrafamentos, é passível a constatação da importância do sistema ferroviário para a população suburbana, tanto com relação à mobilidade urbana quanto a memória cravada no território e nas experiências cotidianas.

Desse modo a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Quais os desdobramentos observados a partir dos movimentos de Educação Popular na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, sob a ótica das mulheres suburbanas?

Diante desta problemática abre-se um leque de possibilidades para pensarmos formas de alcançarmos um entendimento mais aprofundado visando alcançar o seguinte objetivo: Analisar os movimentos de educação popular e a participação das mulheres suburbanas. Desdobrando-se os objetivos específicos de modo a: Verificar a influência da memória na cultura dos moradores do SFS; Identificar elementos de pertença e identificação a partir da memória de antigos moradores com a comunidade do SFS; além de pesquisar e visibilizar elementos educacionais de base a partir de memórias cultivadas e experienciadas pela comunidade do SFS e por fim, Identificar junto à comunidade os principais coletivos, movimentos e instituições atuantes na atualidade.

Assim empreendemos a busca pelo encontro com memórias de mulheres de um território que tenha servido (ou não), de substrato para o incremento de formas diversas de emancipação política e quiçá libertação.

2. Memórias invisibilizadas e protagonismos ressurgentes

Diante desse contexto, é imperioso a categorização acerca da memória, de forma a compreendê-la tal qual aparece nas ciências humanas a exemplo da história, sociologia e antropologia, no intuito de trazer à luz a forma como se apresenta nos territórios a partir das lembranças cultivadas, construídas e alimentadas coletivamente. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas,

graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990 p. 366).

A potência inserida na memória compartilhada a partir do território e da cultura local perpassa pelo âmbito da linguagem, de forma que o estabelecimento de relacionamentos e trocas entremeados e aproximadas pela memória oportuniza uma posterior categorização e teorização do que a priori pertenceria aos limites físicos dos nossos corpos.

“[...] A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória” (Le Goff, 1994, p. 367).

O apagamento da memória coletiva não é apenas parte da engrenagem natural, muitas vezes é parte de uma estratégia de dominação, de invisibilidade das minorias. A memória emerge teimosamente quando deixa de ser um mero sussurro íntimo e atinge a superfície num grito cultural, exposta nas mais variadas formas de arte e de comunicação. E foi a expansão dessa memória, para além dos porões da alma, que foi impedido às mulheres negras e periféricas. A presente pesquisa visa amplificar esse debate reconhecendo a importância das narrativas dessas memórias periféricas a partir do gênero feminino excluídas historicamente dos lugares de poder, emudecidas, sob o peso da opressão imposta pelo patriarcado, machismo e sexismo. A capacidade de ressignificação e resistência operam como contraponto fundamental para esse *continuum* no processo de libertação de si e de toda a comunidade.

Esse processo de apagamento das produções e narrativas principalmente a partir das mulheres, remonta às práticas e culturas patriarcais fortemente enraizadas, principalmente nos países que sofreram o processo de colonização. Estas práticas ainda em curso na atualidade, prosseguem nessa tentativa violenta de suprimir e negar o lugar de fala de um contingente imenso de sujeito@s produtores de vida, evidenciado principalmente sobre os corpos de mulheres periféricas.

Em virtude dessa disputa, durante muitos anos a memória e os feitos femininos permaneceram em silêncio, pois do ponto de vista político não havia interesse que essa história fosse contada. O espaço público era o espaço de domínio masculino, e cabia a mulher a reclusão ao espaço privado. Deste modo a identidade da mulher estava relacionada ao seu desempenho como dona de casa, objeto de desejo para os homens e também para as mulheres (Perrot, 2012, p.114).

Observa-se que, o horizonte da mulher nesse período estava restrito a vida

conjugal, sendo que, essa era caracterizada por uma subjugação continuada, na qual as mulheres deixavam o jugo da submissão paterna, para estabelecer a mesma relação de servidão para com o esposo. Há uma prática silenciosa, mas não menos violenta, da invisibilização da história e das contribuições das mulheres, por meio da prática enraizadas nas estruturas patriarcais, do apagamento do feminino por meio do apagamento do sobrenome feminino, numa clara demonstração histórica da subordinação e hierarquização de gênero.

No entanto, esse contexto começa a ser alterado por ocasião da revolução industrial ocorrida no século XVIII, oportunizando a saída das mulheres do espaço doméstico para o mercado de trabalho formal, o que contribuiu significativamente para o início do estabelecimento de sua autonomia e visibilidade enquanto pessoa, oportunizando também, o prelúdio de outras formas de resistência e luta para saída das amarras patriarcais. Essa conjuntura é intensificada a partir das mudanças sucedidas por ocasião do final do século XIX transicionando para o século XX.

Desse modo a luta das mulheres por inserção e visibilidade enquanto pessoa humana se (Re) configurou a partir dos movimentos feministas. O movimento tratava da valorização e afirmação do espaço feminino com uma perspectiva ampla e política, efetivada através das denúncias realizadas contra a sociedade patriarcal com suas teias de opressão e a apropriação desses elementos castradores por parte do sistema capitalista (Rago, 2013).

As memórias do passado remoto necessitam ser revisitadas, pois estas quando resgatadas, dão sentido às lutas do presente e permitem expressar resistência ao velho que oprime, e a construção do novo que liberta. Assim se constitui uma sociedade em constante vibração (Gohn, 2007).

Está em andamento um importante processo de visibilização de narrativas ocultadas, embora essas sempre tivessem existido na clandestinidade [...] as práticas educativas nas lutas do cotidiano são processos formativos que geram saberes que não apenas ajudam essas pessoas e grupos a viver, mas também são importantes para a recriação da sociedade. (Streck, 2013, p. 361).

Percebemos o quanto a resistência de um povo com atributos em comum constitui fator indissociável no processo relacional que redunde em perspectivas futuras insurgentes e libertadoras. Há de se destacar de que todo esse processo está permeado por elementos que dialogam com o passado e o presente e direção ao futuro, sob a ótica de que todo o processo civilizatório hora em curso é signatário de uma construção formada por construções sócio históricas, fruto de milhares de gerações que nos antecederam.

3. Decolonizar para libertar

Costumeiramente, a cultura popular é tratada como algo folclórico, bárbaro, selvagem, existe uma dificuldade hegemônica de reconhecimento do potencial humano contido nas relações e/ou em práticas/costumes que lhes aparece como estranho. Esta pesquisa se situa de modo a compreender a construção de práticas educacionais efetivas de cunho popular, de modo a validar sua capacidade potente de mudar a concepção da história oficial hegemônica. De maneira a demarcar profundamente a necessidade de transposição da visão histórica do povo enquanto comunidade subalternizada/inferiorizada, e assim se fortalecer como *continuum* civilizatório no tempo e povo atuante em seu território de identidade. Esse movimento possibilitará a compreensão da cultura popular de cunho libertador como expressão de cidadania, as quais através das memórias educativas na e da comunidade, poderão refletir sobre essas experiências e atuar através de uma postura crítica e sistemática.

Importante ressaltar que as formas de colonialidade, ocorreram de maneiras distintas em diferentes territórios do globo. Os fatores de cooptação dos povos são também um elemento a ser refletido no que concerne ao desejo de reprodução de atitudes e elementos que são intrínsecos ao dominador/colonizador. Cabe então refletirmos conforme Freire (2005), quando analisa que quando a educação não é de fato libertadora, o sonho do oprimido é tornar-se opressor. Percebemos a imbricação dos aspectos sociais, políticos e ideológicos, que atuam de fato, como pano de fundo na perpetuação de diversas formas de violência e negação do outro enquanto pessoa de direito.

A decolonialidade surge justamente como um grupo de estudos e pesquisa para fortalecer e quiçá extinguir com o pensamento colonial. O Grupo Modernidade-Colonialidade tem como precursores o Aníbal Quijano (2000), que traz em seu escopo a questão da colonialidade do poder, como um dos elementos constitutivos do padrão capitalista; Mignolo (2005) considera o colonialismo como uma prática de dominação, a subjeção mesma de um povo sobre o outro, este como sendo um complemento do imperialismo; Enrique Dussel (1993) trata de maneira majestosa acerca da Filosofia da Libertação, nos pondo a par da necessidade de alcançarmos a maturidade necessária para o estabelecimento de uma libertação completa e sem retorno às práticas nefastas de subjugação ora sofridas.

O pensamento decolonial é marcado pelo giro decolonial, traduzida por um grito de espanto, que a princípio pode parecer individual, mas é o prenúncio do despertar, do processo primeiro para o estabelecimento da mudança. Dussel (1977) corrobora que devemos explicar a modernidade não pelos processos europeus, mas do sistema-mundo, partindo da teoria centro/periferia. Quijano (1989) nos informa acerca da colonialidade do poder, esta que se apresenta através do controle político e econômico, o qual serve como base de poder para o sistema

mundo capitalista, objetivando o padrão colonial de poder ou a matriz colonial de poder, na qual a minoria exerce o poder e regula a vida da maioria subjugada e alijada dos processos econômicos, políticos e sociais. No pensamento dos colonizados vai residir a legitimação das diferenças sociais, culturais e epistêmicas. É diante dessa roupagem, que emerge a ideia de raça como forma de subjugação dos povos colonizados.

Maldonado Torres (2007) nos informa acerca da colonialidade do ser, através do entrelaçamento do poder e do conhecimento, sendo que este vai além do controle subjetivo, ocorre também o controle da sexualidade e dos papéis de gênero, ocorre então, um controle ontológico. Fica nítida a compreensão de que a história da opressão não se findou com a colonização, e que esse escopo de opressão, segue revestido de novos modos e atitudes. Catherine Walsh, (2013), contribui afirmando que a prática de colonialidade do ser, possui característica extremamente violenta pelo fato de negar aos colocados como subalternos sua condição de pessoa humana. Os apagamentos propositais impostos sobre a memória e a cultura humanas perpassam as relações de poder violentas, impostas sobretudo, sobre os corpos de mulheres negras e periféricas.

Portanto cabe-nos decifrar e atuar com o foco na produção do pensamento decolonial junto e com os movimentos sociais articulados a partir de seus próprios territórios de vivência cotidiana, entendendo que a decolonialidade é uma prática política urgente. Tomando como ponto de partida o (Re) conhecimento acerca do que já existiu é composto de imensidão, através das memórias e narrativas, podemos inferir que a riqueza maior está na nossa capacidade de conhecer e valorizar as inúmeras e variadas formas de vida e culturas.

Desse modo podemos aludir à memória de mulheres periféricas enquanto elemento pujante constitutivo das experiências de um povo, nas palavras de Legoff:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. [...] A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (Leggof, 1990 p. 410, 411).

Desse modo precede a importância da construção de um projeto de libertação que possibilite que a história e memória suburbanas possam adquirir o status de emancipação política a partir das mulheres, pois: Falar é existir absolutamente para o outro (Fanon, 2008, p.33). E esse ponto deve ser viabilizado como estratégia de enfrentamento às inúmeras violências cometidas para com o

segmento periférico, com uma robustez ainda mais agressiva, quando se trata do recorte de gênero devido longa trajetória de subjugação a que historicamente estão e foram submetidas.

Considerações inconclusas

A presente pesquisa pretende alcançar e fomentar a visibilidade através de processos educacionais de base popular desenvolvidos em regiões periféricas, especificadamente sobre a região do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Os desdobramentos até então alcançados, tem dado conta de que os coletivos existentes na contemporaneidade, parecem ter raízes nesse período impulsionado pela Teologia da Libertação nos idos dos anos 1980 e 1990. Os objetivos que estão sendo perseguidos através de uma busca minuciosa de memórias, documentos e bibliografias tem apontado para uma descoberta de histórias invisibilizadas pelo sistema hegemônico e quiçá esta poderá vir a ser o ponto da partida para demais pesquisas neste segmento.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, E. **Para uma Ética da Libertação Latino Americana**. Tradução de Luiz João Gaio, São Paulo: Ed Loyola; Piracicaba-SP: Editora: UNIMEPE, 1977. (Coleção Reflexão Latino-americana, v 2, tomo III, Erótica e Pedagógica).

DUSSEL, Enrique. **O ENCOBRIMENTO DO OUTRO**. A origem do mito da modernidade. Editora Vozes, 1993.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas** [1952]. Título original: "Peau noire, masques blancs". Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. _____. **Educação Como Prática da Liberdade**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONH, M. G. **Não fronteiras: universos da educação não formal**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

LE GOFF, Jacques. **1924 História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. *Antropo l í t i c a* Revista Antropolítica, n. 40, Niterói, 1. sem. 2016 51 (orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO,

Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PERROT, Michelle. **Práticas da Memória Feminina** In: Revista Brasileira de História, V. 9, no 18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p-3-15.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2013.

STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza (Orgs). **Educação Popular**: lugar de Construção social e coletiva. IN: CARRILO, Alfonso Torres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PERROT, Michelle. **Práticas de memórias femininas**. Ver Bras de hist. São Paulo. V. 9 nº 18 ago/set/1989.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniais**: práticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.
